



EDITORIAL

Querem usar-nos, mas não contam connosco!

Em 17 de Abril, o Primeiro-Ministro anunciou, em conferência de imprensa, o aumento de 3,57% para as pensões, a fim de dar cumprimento à lei 53-B/2006, apesar de esse aumento intercalar ser pago a partir de Julho, sem retroactivos a Janeiro. Para além do aumento intercalar, cuja percentagem incide sobre a pensão de dezembro de 2022, foi também anunciado que a base sobre a qual será aplicada a fórmula que determina o aumento das pensões para 2024 será o valor da pensão em dezembro de 2023. Estas duas medidas são a prova de que a luta da APRe!, desde o passado mês de Setembro, quando foi anunciada a meia-pensão, foi uma luta justa cujo desfecho veio ao encontro das nossas reclamações. Foi esta vitória que reclamei, em nome da APRe!, imediatamente a seguir à conferência de imprensa do primeiro-ministro, através do comentário (o primeiro a ser transmitido) em estúdio, na RTP3.

A partir do anúncio destas medidas começaram a fazer-se ouvir as vozes críticas, desde o PCP que considera o aumento “insuficiente e tardio” até jornalistas e comentadores usando as capas dos jornais e os comentários televisivos para porem em causa o aumento intercalar das pensões.

No dia 20/04, o Público escrevia como título “Governo favorece pensões elevadas”. E no “Notícias ao Minuto”: “aumento das pensões vai beneficiar quem recebe mais”. Quem assim escreve ignora que as actualizações são por escalões e que desde há vários anos, as pensões mais baixas foram sempre aumentadas e as médias estiveram estagnadas. Em 2022, por exemplo, os funcionários públicos tiveram 1%, as pensões mais baixas subiram o equivalente à inflação, média 0,49% e as pensões médias/altas 0,24%. Somando o aumento de janeiro ao previsto para julho, cumpre-se a lei e as reformas mais baixas, que tiveram percentagem maior em janeiro, vão ser, contas feitas, as mais “beneficiadas”. Aquelas notícias têm como intenção

colocar pensionistas uns contra os outros, em função dos seus escalões de vencimento.

Alguns jornalistas, ao escreverem ou comentarem que o aumento intercalar fica muito acima da inflação, partem de pressupostos errados quando dão a entender que a base para aplicar a percentagem de 3,57% é o valor actual das pensões, o que não é verdade pois a base é a pensão de dezembro de 2022. Estes exemplos, entre muitos outros, revelam **o ataque que já começou e que se irá prolongar no tempo**. Até a Presidente do Conselho de Finanças Públicas afirma que o “aumento intercalar das pensões supera a reposição e pode comprometer despesa futura”, que “vai além da reposição do poder de compra” e “pode condicionar outro tipo de despesa”, nomeadamente a que diz respeito a “aumentos salariais”, apesar de, no mesmo texto reconhecer “excedente orçamental em 2024, três anos antes do que foi estimado pelo Ministério das Finanças”, prevendo também “uma projeção mais favorável para a dívida pública do que a do Governo.” Se há excedente orçamental, não há problema com a actualização dos salários da função pública. Esta é uma **mensagem venenosa e intencional ao colocar trabalhadores no activo contra pensionistas**. Cabe-nos a nós, APRe!, desmontar esta campanha de desinformação, como aliás temos feito, embora os nossos comunicados nem sempre tenham sido considerados e publicados.

Esta temática torna cada vez mais urgente e importante a **Conferência Nacional que a APRe! vai realizar no dia 30 de Maio, no Auditório Almeida Santos da AR**, onde serão discutidos os temas relacionados com o fundo de pensões e como cuidar o presente para assegurar o futuro. Por tudo isto, apelamos à sua participação na Conferência, sobre a qual divulgaremos, em breve, mais informações.

Maria do Rosário Gama

“Novo apoio do governo vai beneficiar as pensões mais altas”? – a APRe! responde

No dia 20 de Abril, o jornal Público dedica a capa e as duas primeiras páginas ao tema do aumento das pensões, com o título “Novo apoio do governo vai beneficiar as pensões mais altas”. Na realidade, não há qualquer benefício para as ditas pensões mais altas: apenas é aplicada a fórmula da lei 53-B/2006 que beneficia, em termos de percentagem, as pensões mais baixas.

Quando o tema é “actualização” de pensões em 2023, não corresponde à verdade afirmar que os pensionistas terão em 2023 rendimentos superiores aos que teriam se fosse aplicada no início do ano a lei de actualização das pensões. Na verdade é exactamente o contrário: se as pensões tivessem sido actualizadas em conformidade com a lei em Janeiro, os pensionistas estariam a receber, desde então, o valor que vai ser reposto em Julho, com seis meses de atraso.

A insistência em misturar as contas de 2022 com as de 2023, poderá levar quem lê a entender que o Governo beneficia as pessoas reformadas, o que na realidade não acontece: a meia pensão de Outubro foi atribuída a título de bónus, ... complemento, antecipação dos aumentos de janeiro..., para fazer face ao aumento brutal do custo de vida, subvertendo a lei de bases da Segurança Social. Deste modo, o Governo pode antecipar um défice mais baixo em 2023, uma vez que parte da despesa foi paga em 2022.

Saliente-se que os saldos positivos do sistema acomodariam totalmente as actualizações previstas na lei uma vez que a Segurança Social não apresenta défices, pelo contrário, apresenta saldos positivos nos últimos sete anos (incluindo os desastrosos anos da pandemia) e as previsões para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) indicam a sua sustentabilidade durante todo o período estudado, até 2060.

Sabe-se que a evolução demográfica não ajudará porque *os malandros dos velhos* duram cada vez mais e os *excelsos jovens* procriam cada vez menos, mas há outras variáveis que podem ajudar a manter o sistema a funcionar sem a catástrofe que tantos teimam em anunciar. Na verdade, a diversificação das fontes de financiamento, o aumento da produtividade e também a recuperação das dívidas à Segurança Social, todas podem contribuir para a cada vez maior sustentabilidade do sistema.

Teria sido valioso que a informação contida no artigo em causa referisse os nove anos que as pensões médias (acima de seis Indexantes de Apoios Sociais) estiveram congeladas, por força da lei que agora surge como *favorável* para as pessoas reformadas. Trata-se da mesma lei que, até 2022, se revelou bastante restritiva porque nem sequer actualizou as referidas pensões ao ritmo da inflação, por ter sempre em conta o PIB dos dois anos.

Com a actualização de Julho, o Governo repõe a justiça devida às pessoas reformadas, provando assim que a APRe! tinha razão ao contestar os aumentos aplicados em Janeiro.”

[Este comunicado foi ignorado pelo jornal Público]

SEGURANÇA SOCIAL

Nova solução do Governo favorece pensões mais elevadas

Pensionistas terão, durante os anos de 2022 e 2023, rendimentos superiores aos que resultariam da aplicação das regras de actualização das pensões. Reformas mais altas saem beneficiadas.

Sérgio Aníbal e Raquel Martins

20 de Abril de 2023, 6:00

PROVEDORA DE JUSTIÇA RESPONDE À APRe!

A APRe! fez entrega à Provedora de Justiça, em devido tempo, do pedido de que, no âmbito das suas competências, solicitasse ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da Lei 19/2022 de 21 de outubro. Trata-se da lei aprovada pelo Governo para suspender a vigência da Lei 53-B/2006 que garantia a atualização anual das pensões tendo em conta a inflação e estabelecer um regime transitório de atualização das pensões.

A reposta chegou-nos no passado dia 26 de abril, por via postal, numa carta com seis páginas, em que a Senhora Provedora justifica o **não ter feito o pedido de fiscalização** solicitado.

Em resumo, a argumentação assenta no facto de a Constituição da República Portuguesa garantir o direito a receber-se uma pensão mas o valor da pensão é estabelecido pela lei ordinária. Reconhece, que apesar de tudo, a liberdade do legislador é ampla mas não ilimitada e dá como exemplo o acórdão 862/2013 em que estava em causa a decisão legislativa de um corte de 10% no valor nominal das pensões em pagamento e, nessa altura, o Tribunal Constitucional não deixou passar. A carta termina com um parágrafo em que afirma "não damos por encerradas todas as diligências a que nos sentimos obrigados face à questão que a APRe! nos apresentou." Considera que "a palavra *confiança* tem um sentido" e não se esgota nas implicações jurídicas que utilizou. E esclarece que, como o Provedor de Justiça, pelo seu estatuto constitucional, está habilitado a tomar posições públicas em que se distinguem as questões de inviabilidade jurídica das questões de justiça, é-lhe permitido salientar que nem tudo o que não é contrário ao Direito se transforma em coisa justa, **"não deixaremos de sublinhar em comunicação pública de que lhe daremos em breve conhecimento, o quanto os métodos de decisão político-legislativa neste caso usados vieram, escusadamente, diminuir a confiança dos cidadãos, causando, pela sua falta de clareza, incerteza, inquietação e clamor geral"**


A PROVEDORA DE JUSTIÇA



Exm.ª Senhora
Dra. Maria do Rosário Gama
Presidente da Associação dos Aposentados,
Pensionistas e Reformados
Rua Jorge Mendes, Lote 1 – n.º 5, R/C Esq.
3000-561 Coimbra

Lisboa, 19 de abril de 2023

Vossa Ref.ª	Vossa Comunicação	Nossa Ref.ª
		L-PJ/2022/43633

Assunto: Conformidade constitucional do artigo 5.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro

1. No passado dia 11 de janeiro apresentei-me a APRe, em audiência, uma queixa contra o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro. De acordo com o entendimento perfilhado pela Associação a que V. Exa. preside, tal disposição normativa seria contrária à Constituição. Por esse motivo pedia-me a APRe que requeresse ao Tribunal Constitucional a declaração da sua inconstitucionalidade com força obrigatória geral, de acordo com o previsto pelo artigo 281.º, n.º 2, alínea c), da Constituição da República.

Dedicámos a maior atenção à queixa por V. Exas apresentada, e, em resultado do estudo feito, concluímos que não haveria da nossa parte convicção suficiente que pudesse fundamentar, perante o Tribunal, um pedido de declaração de inconstitucionalidade. No entanto, também concluímos que não seria a ausência de tal convicção que nos levaria a, pura e simplesmente, dar por encerradas as nossas diligências quanto à questão que a APRe nos apresentou.

É destas conclusões que agora dou notícia a V. Exa..

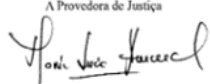

A PROVEDORA DE JUSTIÇA

Foram pois estes os motivos pelos quais, em síntese, não conseguimos reunir convicção suficiente que sustentasse um pedido dirigido ao Tribunal Constitucional, nos termos do disposto pelo artigo 281.º, n.º 2, alínea d), da Constituição.

4. Dito isto, não damos por encerradas todas as diligências a que nos sentimos obrigados face à questão que a APRe nos apresentou.

A palavra *confiança* tem um sentido que se não esgota nas implicações jurídicas a que acima aludimos. E como o Provedor de Justiça, pelo seu estatuto constitucional, está habilitado a tomar posições públicas em que se distinguem as questões de invalidez jurídica, propriamente ditas, das questões de justiça – sendo-lhe permitido salientar que nem tudo o que não é contrário ao Direito se transforma, *ipso facto*, em coisa justa –, não deixaremos de sublinhar, em comunicação pública de que lhe daremos em breve conhecimento, o quanto os métodos de decisão político-legislativa neste caso usados vieram, escusadamente, diminuir a confiança dos cidadãos, causando, pela sua falta de clareza, incerteza, inquietação e clamor geral. Estou convicta de que esses métodos se tornam bem visíveis perante a "factualidade" que acima resumi, pelo que a cles por agora não regresso. De momento, peço apenas a V. Exa. que se digne receber, em nome da APRe e em seu devido tempo, a comunicação pública a que acima fiz referência.

Apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos,

A Provedora de Justiça

(Maria Lúcia Amaral)

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES)



PLENÁRIO

No passado dia 11 do corrente mês de abril, reuniu o Plenário do Conselho Económico e Social (CES) na Sala do Senado (AR).

Da Ordem de Trabalhos constava a aprovação da ata da reunião de 3 de março de 2023; a discussão e aprovação do parecer sobre as Grandes Opções 2023-2026 e Programa Nacional de Reformas 2023; a apresentação da *“Metodologia de Elaboração do Relatório Voluntário Nacional 2023”*, pelo Diretor do PlanAPP do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Dr. Paulo Areosa Feio; a discussão e pronúncia sobre a Conta de Gerência de 2022 do CES; e a discussão e aprovação do Relatório de Atividades de 2022 do CES.

Durante a discussão do Parecer sobre as Grandes Opções 2023-2026 e do Programa Nacional de Reformas 2023, foi aprovada por proposta da APRe!, para reforçar a Síntese Conclusiva, a referência à *“defesa das pensões e da proteção e melhoria da qualidade de vida no envelhecimento”*.

CONFERÊNCIA “NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA”



Atento à relevância de formas inovadoras de participação cívica que têm emergido na decisão política, o CES promove a conferência ***“Novas Formas de Participação Democrática”***

O encontro conta com a participação do *Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas*, e do *Presidente do CESE*

(Conseil Économique, Social et Environnemental) francês, Thierry Baudet, e **realiza-se no dia 4 de maio, na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa, a partir das 09h30.**

A participação é livre, mediante inscrição prévia.

Pode consultar o programa [aqui](#). Pode inscrever-se até 2 de maio [aqui](#).

António Correia

(Representante da APRe! no CES)

A APRe! E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

O anúncio da atualização “extraordinária” das pensões, a pagar a partir de julho, feito pelo Governo no passado dia 17, desencadeou uma torrente de comentários e foram muitos os Órgãos de Comunicação Social que solicitaram a opinião da APRe!. Maria do Rosário Gama falou para canais de televisão e rádios, que replicaram a sua participação ao longo do dia, e também para diversos jornais. Nesse dia, a Direção emitiu o Comunicado que foi também enviado para todos os associados e associadas.



Antena 1 - “APRe! congratula-se com aumento de pensões” – “Ouvida pela Antena 1, a presidente da Associação dos Pensionistas e Reformados aplaude esta medida. Maria do Rosário Gama diz que este aumento vai permitir ultrapassar a injustiça verificada no início do ano.”

https://www.rtp.pt/noticias/pais/apre-congratula-se-com-aumento-de-pensoes_a1480104

TSF – “Reformados lamentam que Governo não vá além da lei no aumento das pensões” – “Em declarações à TSF, a presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados assinala que o Governo não está a fazer mais do que cumprir a lei e mostra-se satisfeita com o anúncio de que a forma de cálculo das pensões não vai ser alterada em 2024.”

<https://www.tsf.pt/portugal/economia/associacao-lamenta-que-governo-nao-va-alem-da-lei-no-aumento-das-pensoes-16193689.html?fbclid=IwAR3g-incYCrwpzISUW9zocPPRFYoS9xBylhACYe0oB1sNEzLX9yJLeIN9k>

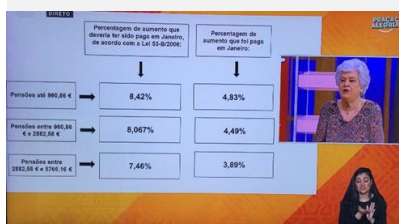
18 de abril – O DN publica a opinião da Presidente da Direção da APRe! sobre o manual publicado pela Proteção Civil com o título “Abordagem de públicos com necessidades específicas em contexto de Zonas de Concentração e Apoios à População (ZCAP)”

https://www.dn.pt/sociedade/evite-os-termos-ti-francisco-e-avo-manuel-em-casos-de-emergencia-16195183.html?fbclid=IwAR3AKc9UopfZu2418DJhDrFFUmF1lzbHIqz26Bt8hGCV10X8EwkjuA9rG3I#error=login_required&state=e37c4c7f-8ebf-45a6-8c5f-82611eb7bce6

22 de abril – O “Expresso” faz uma referência à APRe!, em concreto, ao trabalho institucional desenvolvido junto dos órgãos com competência para requererem fiscalização de constitucionalidade:

“No rescaldo do anúncio, Marcelo Rebelo de Sousa apressou-se a dizer que a actualização da base de cálculo para os pensionistas não serem prejudicados no futuro era uma inevitabilidade. “O Governo decidiu esperar para ver se podia fazer, mas sempre achei que iria fazer [os aumentos] porque se não havia problemas jurídicos que se levantavam”, disse. Apesar de a decisão ser política, havia mesmo obstáculos no caminho que poderiam obrigar o Governo a ter de repor, na íntegra, a base de cálculo das pensões (...) O caso, sabe o Expresso, está a ser avaliado pela provedora de Justiça, que tem o poder de pedir a fiscalização sucessiva de constitucionalidade, depois de queixa apresentada pela Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados”.

26 de abril - A presidente da Direção da APRe!, Maria do Rosário Gama, esteve na “Praça da Alegria” (RTP1) a falar sobre as medidas dirigidas aos pensionistas anunciadas pelo Governo a 17 de abril e sobre o que ainda falta fazer para que a justiça seja reposta.



[Ver Parte 3, a partir das 11:42:

<https://www.rtp.pt/.../e687686/praca-da-alegria/1144890...>]



A APRe! E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

28 de abril, no semanário Expresso:

Expresso

PENSÕES

Provedora alerta: há perda de “confiança”

Maria Lúcia Amaral decidiu não enviar para o Constitucional a suspensão da atualização das pensões em 2022

LILIANA VALENTE

A provedora de Justiça não concorda com a forma como o Governo decidiu fazer a atualização das pensões ou com os métodos como está a atribuir apoios sociais para fazer face à inflação, considerando que está a haver uma perda “de confiança”. Contudo, decidiu não enviar para o Tribunal Constitucional a suspensão da lei de atualização das pensões que lhe tinha sido pedida pela Associação de Aposentações, Pensionistas e Reformados (APRE).

A atualização das pensões não é a única medida do Governo que está a ser avaliada pela provedora de Justiça. Todas as medidas de apoios diretos do Estado nos últimos meses estão também debaixo de escrutínio de Maria Lúcia Amaral que considera que a sua atuação não se esgota na legalidade das medidas, mas avaliar também se são justas. No caso das pensões, Maria Lúcia Amaral considera que o Governo não foi claro e que isso causou incerteza nos pensionistas, causando perda de confiança. Foi isso que disse à APRE numa missiva de resposta à queixa daquela associação.

Todos os apoios diretos do Estado nos últimos meses estão também debaixo de escrutínio de Maria Lúcia Amaral

Maria Lúcia Amaral tinha um pedido da APRE, desde janeiro, para que avaliasse a decisão do Governo, do ano passado, de aumentar as pensões deste ano apenas pela metade do valor da inflação e atribuindo o remanescente numa prestação extraordinária, antecipada em outubro. Apesar de considerar que esta metodologia seguida pelo Governo viola a “confiança” dos pensionistas, não foi suficiente para considerar que possa estar em causa a violação do princípio constitucional da proteção da confiança. Princípio que os juizes do Palácio Rattton consideraram ter sido posto em causa quando, em 2013, decidiram pela inconstitucionalidade da convergência dos sistemas de pensões, Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, que levaria a um corte de 10% nas pensões acima de 600 euros. Maria Lúcia Amaral era na altura vice-presidente do TC.

O Constitucional ditava, pela voz do seu presidente de então, Sousa Ribeiro, que “nunca afirmou nem afirma a intangibilidade das pensões”. Ou seja, é entendimento do TC que mexer nas pensões é uma decisão do Executivo que tem essa prerrogativa, mas com limitações.

O envio para o Constitucional pela provedora era a última esperança da APRE para que tal fosse avaliado, uma vez que o Presidente da República não o fez — e ponderou apenas fazê-lo caso para 2024 não fosse reposta a base integral para atualização das pensões — e os partidos políticos até agora não se uniram para fazer o pedido ao TC.

CONFERÊNCIA NACIONAL APRe!

 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRe!
Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados



SISTEMA PÚBLICO DE PENSÕES
CUIDAR DO PRESENTE, ASSEGURAR O FUTURO
CONFERÊNCIA NACIONAL . 2023

30 DE MAIO . LISBOA . ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA . AUDITÓRIO ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS

Em breve será enviada mais informação



A geração que não deseja envelhecer

Apesar de todas as contrariedades que se nos deparam no dia-a-dia, nós, as pessoas com mais idade, já retiradas dos seus afazeres obrigatórios, inerentes à sua vida profissional, somos hoje bem diferentes dos nossos antepassados, quando estes tinham a idade que nós temos hoje.

Os sexagenários de hoje mostraram-nos como é possível continuar a aproveitar a vida mesmo depois dos 60 anos. Há muito tempo que, a chamada “terceira idade” deixou de ser a última fase do ciclo evolutivo. Por este motivo, já não será totalmente correcto referirmo-nos a pessoas com 60 ou mais anos, como sexagenários. Agora, segundo os sociólogos, será mais aceitável chamá-los de sexalescentes. Trata-se, na realidade, de uma nova faixa social, que representa uma verdadeira novidade demográfica, muito parecida com a que, em meados do século XX, se denominou como adolescência, quando se teve consciência de existir um grupo de jovens que já não se enquadrava nas crianças, nem nos adultos, mas que se definia com uma identidade própria e incluía uma massa de jovens oprimidos em corpos desenvolvidos que, até então, não sabiam onde integrar-se, nem como vestir-se, ou qual o seu papel na sociedade.

Os homens e as mulheres entre os 60 e os 70 anos, são hoje muito diferentes das gerações anteriores, quer na forma de vestir, usando as cores e os modelos da moda, num vestuário mais ousado, assim como nas actividades que procuram para preencherem os seus dias, teimando em se manterem física e mentalmente activos e receptivos a novas aprendizagens.

Segundo a sua condição física, este grupo de pessoas, segue os conselhos médicos de

caminharem, pelo menos, de 20 a 30 minutos por dia, de fazerem ginástica duas ou três vezes por semana, de praticar natação, de dançarem, de quebrarem a solidão, convivendo e divertindo-se.

Ao mesmo tempo, este grupo preocupa-se em se ligar às tecnologias, manuseando computadores, utilizando as redes sociais, o smartphone, ou o whatsapp, para comunicarem e conviverem com os que estão mais longe. Os cuidados com a aparência estão, igualmente, na ordem do dia, para homens e mulheres: pintam o cabelo, usam produtos para melhorarem a sua aparência física, preenchem as rugas, retocam as sobrancelhas e lutam diariamente pela melhor qualidade de vida.

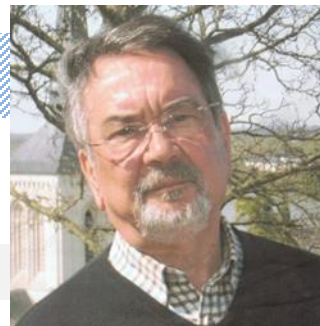
Podemos dizer que hoje assistimos a uma nova velhice, composta por pessoas que ainda têm projectos, ainda “vêem” o futuro, tendo em conta que as balizas cronológicas de vida se alongaram, tornando possível novas situações a nível de mudanças de vida, de relacionamentos, de sexualidade, de novas aprendizagens ou, até, ter a coragem de romper com estruturas rígidas e assumir novos papéis na sociedade.

Os sexalescentes mostram que é possível continuar a aproveitar a vida, mesmo depois dos 60 ou 70, pois sentem-se activos, úteis, motivados, com aspirações e com vontade de continuar vivendo.

Claro que envelhecer é inevitável, mas, ficar velho é opcional!

Maximina Mª Girão C. Ribeiro

Associada nº 2309



CONSUMO SUSTENTÁVEL

Cada vez mais vamos sentindo e tomando consciência das alterações que ocorrem no nosso ambiente. As manchetes e os artigos dos jornais ou as imagens das televisões aí estão para chamar a atenção dos mais distraídos. “Alerta na Europa: secas, incêndios e calor em 2022 revelam retrato *assustador*”, “Talvez, nos próximos anos, a nossa praia já não esteja lá”, foram dois títulos do jornal Público nos dias em que escrevo. Outros títulos recentes no mesmo jornal: “Os últimos sete anos foram os mais quentes na terra”, “A falta de precipitação em Portugal é um problema que veio para ficar”, “Agricultura em stress (...)”, “A seca obriga a parar a produção hidroelétrica em cinco barragens”.

Para além dos períodos de seca cada vez mais longos e frequentes, e do aquecimento global do Planeta, marcam o tempo atual fenómenos meteorológicos extremos de chuva ou de vagas de calor, que amiúde se traduzem em notícias de catástrofes. A subida do nível médio da água do mar é um facto. Poucos duvidam hoje de que estamos a assistir a alterações climáticas globais significativas.

Desde o final do século XIX que o aumento do aquecimento global é associado ao aumento das emissões para a atmosfera dos chamados gases de efeito de estufa (GEE), especialmente do dióxido de carbono, como resultado das atividades humanas, quer de produção quer de consumo. As alterações climáticas estão associadas ao aquecimento global do Planeta. O recurso crescente, desde a revolução industrial, aos combustíveis fósseis (primeiro o carvão, depois o petróleo e o gás natural) a isso conduziu.

Alguns autores consideram, mesmo, que nos encontramos numa nova era geológica sucedânea do *Holoceno* - o *Antropoceno* (designação atribuída por Crutzen no ano 2000 e título dado ao livro de Simon Lewis e Mark Maslin, editado em Portugal por Arte e Ciência).

As ações humanas são hoje fatores determinantes do futuro do Planeta, enquanto meio ambiente onde nos é dado viver. O crescente poder dos interesses económicos - gerando lucros que geram mais lucros (“o crescimento pelo crescimento”), induzindo e vivendo do consumismo e beneficiando dos progressos da ciência e da tecnologia - é o motor que acelera no caminho para o abismo.

As consequências das alterações climáticas, de que hoje poucos duvidam, são globais, têm tendência a agravar-se e são duradouras mas são de expressão regional diferenciada. A região meridional e mediterrânica da Europa, na qual Portugal se insere, está a tornar-se cada vez mais seca e sujeita a mais frequentes períodos de seca extrema, o que contribui para o recrudescimento das ondas de calor e dos incêndios, a que se assiste. As zonas urbanas, para além de sujeitas a estas consequências, são particularmente vulneráveis a fenómenos como inundações e subida do nível do mar. O número de mortes atribuídas ao calor tem vindo a aumentar em toda a região.

“Consumidores somos todos nós” – proclamou John Kennedy em 1962. Para contrariar o ciclo infernal que pode conduzir à destruição da “nossa casa comum” – o Planeta - nós, enquanto cidadãos-consumidores, somos atores privilegiados. Estamos a “consumir” a Terra acima das suas “possibilidades”. Movimentos sociais e políticas como as do “Decrescimento” (não confundir com crescimento económico negativo), do “Quilómetro Zero” ou de “Economia Circular” vão no caminho certo de consumir menos e melhor (para nós e para o ambiente). Mas é, também, nos pequenos atos individuais de consumo que se exerce a nossa cidadania ambiental.

Manuel Lucas Estêvão

Associado n.º 2409

ESPAÇO DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO NORTE

Núcleo do Grande Porto

Misterioso Egito

O Núcleo do Grande Porto motivou os Associados a viajarem até ao *Misterioso Egito*, no dia 4 de Abril, na *Galeria Immersivus*, na Alfândega do Porto, ao abrigo dum protocolo estabelecido, que nos proporciona um ligeiro desconto.

É uma viagem audiovisual, com algo de feérico, onde se explora momentos e elementos simbólicos da fascinante civilização egípcia, cujos conhecimentos ainda hoje nos surpreendem. Os conteúdos e imagens projectados têm o suporte de museus e bibliotecas de todo o mundo.



Comunidade de Leitores APRe!



No dia 5 de Abril realizou-se a 61ª sessão da «Comunidade de Leitores APRe!» em que foi debatido o livro «INTIMIDADES», da escritora Katie Kitamura, nascida na Califórnia, no seio de uma família de origem japonesa.

«Intenso e inquietante. A incongruência entre a vida doméstica e a vida da narradora é o que faz com que o romance seja fascinante. O efeito é uma espécie de intensidade emocional num crescendo insustentável.» *The Washington Post*

A crítica muito positiva que se transcreve é repetida noutras referências. Como tal, assim foi considerado, também, pela generalidade das leitoras participantes. Poder-se-ia, ainda, acrescentar a atualidade do assunto tratado, o papel de uma intérprete no Tribunal dos Direitos Humanos de Haia, a própria narradora, que, na primeira pessoa, relata acontecimentos e sentimentos que lhe respeitam sem nunca revelar o seu nome. Permanece sempre oculto na sua «intimidade»... E são muitas as situações definidas, explicitamente, com a palavra «intimidade(s)» justificando, plenamente, o título.

O Porto é Lindo! Roteiros Turísticos +65

Uma vez mais, a APRe! aceitou o convite da Câmara Municipal do Porto.

Este ano foi feita a visita guiada ao recém-inaugurado **Batalha Centro de Cinema**, o que permitiu retomar um conjunto de memórias: a passagem de filmes com qualidade, as sessões de domingo e as sessões do Cineclube.

Foi possível observar e ouvir a explicação "histórica", não só da origem, mas também do cuidado do restauro do edifício, seus espaços e mobiliário, e igualmente dos frescos de Júlio Pomar.

Por último, a destacar o espaço para eventos/ateliers abertos a públicos diferentes, a biblioteca com uma área especializada em multimédia, o anfiteatro e o bar.

Uma palavra para os elementos do Cinema Batalha que asseguraram a visita, atentos ao grupo, o que permitiu que a visita decorresse não só com interesse, mas também de forma motivadora para outras visitas de carácter mais pessoal.



ESPAÇO DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO NORTE

Núcleo de Braga

Clube de Leitura



No passado dia 29 de Março, realizou-se mais uma sessão do Clube de Leitura, como sempre na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

Desta vez a obra escolhida para ser lida e comentada foi «Bichos», com os seus extraordinários contos onde a personagem é um animal humanizado ou o homem quase um animal. Revisitou-se, assim, o grande Miguel Torga, autor independente e inconformista, um dos mais influentes poetas e escritores do século XX.

Manuel Sá

Celebração do 25 de Abril

Cumprindo a sua tradição, o Núcleo de Braga da APRe! festejou o 25 de Abril com um almoço de associados.

Reviram-se amigos, conviveu-se, falou-se da APRe! e da sua filiação nos valores de Abril, leram-se alguns poemas e cantou-se a «Grândola».

Os cravos, esses, nada murchos, antes, bem viçosos.



DELEGAÇÃO DE LISBOA

Visita Guiada ao Museu do Aljube – Resistência e Liberdade

Organizada pela Delegação de Lisboa da APRe!, realizou-se no dia 12 de Abril, uma Visita Guiada ao “Museu do Aljube – Resistência e Liberdade”, em Lisboa.

Este Museu é dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia e constitui um documento histórico riquíssimo sobre o período de 1928 a 1974 em Portugal, que mereceu muito interesse dos visitantes da APRe!.

Iniciou-se com esta visita um ciclo de iniciativas desta Delegação para celebrar a passagem, no próximo ano, do 50º aniversário da Revolução que restituiu a liberdade ao povo português.



ESPAÇO DAS DELEGAÇÕES

cont...

DELEGAÇÃO DE LISBOA

Colaboração em estudo da Universidade Nova de Lisboa

A pedido da equipa de investigação do estudo MEDIA E LITERACIA EM SAÚDE EM PORTUGAL, conduzido no ICNOVA, da Universidade Nova de Lisboa, a Delegação de Lisboa organizou um encontro, no dia 13 de Abril, na Sede da Delegação de Lisboa, daquela equipa de investigação com um grupo de associados que se disponibilizou a colaborar no estudo.

Comemorações Populares do 25 Abril – Desfile na Av. da Liberdade, em Lisboa

Como é habitual, muitos associados da APRe! participaram nestas Comemorações e integraram o Desfile realizado na Av. da Liberdade, no dia 25 de Abril a partir das 15h.

A concentração dos associados da APRe! aconteceu a partir das 12H junto ao "Monumento aos Mortos da Grande Guerra" a meio da Av. da Liberdade, onde instalámos uma Banca da APRe! para recolher assinaturas para a Petição da APRe! "Alteração do Montante do Subsídio

por Morte" e para a Iniciativa Legislativa Cidadã (ILC) "Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos" e também para divulgar a Associação. Esta foi uma jornada de afirmação da vitalidade da APRe!



Almoço da Primavera da APRe! – 17 de Maio 2023

Almoço Temático sobre o 25 de Abril de 1974 – "O 25 de Abril contado por quem o fez"



No dia 17 de Maio, 4ª feira, vai realizar-se um **Almoço Temático "O 25 de Abril contado por quem o fez"**, em que vamos ter o privilégio de contar com a presença como orador do Coronel Rosado da Luz, Capitão de Abril que no dia 25 de Abril de 1974 participou activamente nas operações e assegurou no terreno, no Largo do Carmo em Lisboa, a ligação operacional entre Otelo Saraiva de Carvalho e o Capitão Salgueiro Maia.

O almoço seguido de convívio vai realizar-se no Restaurante Caravela de Ouro, em Algés, entre as 13H e as 17H.

Se desejar participar neste Almoço, contacte-nos para o endereço de mail apre.cultura.lisboa@gmail.com para receber todas as informações necessárias para formalizar a sua inscrição. **As inscrições estão abertas e limitadas à capacidade da sala.**

DELEGAÇÃO DO ALGARVE

Mesa-redonda "Capacitar para cuidar mais e melhor" - representação da APRe!

O Governo escolheu recentemente o actual presidente do Observatório Nacional do Envelhecimento, o médico cardiologista Nuno Marques, para coordenar o **Plano de Acção do Envelhecimento Activo e Saudável (PAEAS)**. Trata-se de uma nomeação conjunta do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) e do Ministério da Saúde.

A APRe! foi convidada para participar na mesa-redonda sobre "**Capacitar para cuidar mais e melhor**", a realizar em Loulé, no dia 27 de abril, ocasião em que teve lugar a assinatura do Protocolo de criação do "Centro de Competências de Envelhecimento Activo" (CCEA).

A representação da APRe! ficou a cargo do nosso associado Victor Gameiro, da Delegação do Algarve, que participou no debate sobre cuidados e cuidadores e fez, também, a apresentação da APRe! às diversas entidades presentes.



A **APRe!** saiu à rua no 25 de Abril!

Pela festa da Liberdade e da Democracia, por aquele pulsar sentido que nos chama para enchermos a maré... pelos direitos que não queremos perder e pelos que nos fogem e lutaremos para conquistar...

Por tudo isto, a APRe! esteve, uma vez mais, na rua, com o 25 de Abril! Em grupos maiores ou menores, misturados com a multidão, as pessoas reformadas e pensionistas estiveram representadas neste 49º aniversário da Revolução de Abril!

Aqui ficam algumas imagens, sem critério definido, mas todas com a marca da APRe!

(os nossos agradecimentos a quem nos fez chegar as fotografias, muito mais do que as que aqui ficam...)





Abril 2023

Artigo Especial

29 de Abril - Celebremos a solidariedade entre gerações!

No dia 29 de Abril, celebramos o Dia Europeu da Solidariedade entre Gerações, assinalado pela primeira vez em 2009. As sucessivas crises por que passámos nos últimos anos tornaram esta questão mais actual do que nunca, recordando-nos a importância da cooperação e da solidariedade entre gerações numa sociedade cada vez mais dividida e desigual.

[29 April - Let's celebrate Solidarity between Generations! | AGE Platform \(age-platform.eu\)](#)



--- NOTÍCIAS DA AGE ---

A Polónia está a tornar-se amiga da idade.

A Organização Mundial de Saúde organizou, em Março último, uma reunião para consulta das partes interessadas, com o objectivo de discutir ambientes favoráveis às pessoas mais velhas em contextos de emergência. A reunião foi também uma oportunidade para celebrar a recente adesão de Cracóvia à Rede Global da OMS de Cidades e Comunidades Amigas da Idade.

Leia o nosso resumo: [Poland is getting age-friendly | AGE Platform \(age-platform.eu\)](#)



Aumentar a consciência política para o problema do idadismo

Em Março, participámos num seminário em Haia, nos Países Baixos, que abordou a questão do idadismo sob várias perspectivas. Foi uma oportunidade para partilharmos a nossa proposta de uma Estratégia Europeia para a Igualdade na Idade, que será a pedra angular da nossa campanha para as próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Saiba mais: [Raising political awareness of ageism | AGE Platform \(age-platform.eu\)](#)



Abuso e negligência contra pessoas idosas: Contribuição da AGE para o próximo relatório da ONU

Respondemos a um pedido de contributo apresentado pelo Perito Independente sobre o usufruto de todos os direitos humanos por parte das pessoas mais velhas, relativamente ao tema da violência, abuso e negligência contra as pessoas mais velhas.

Leia o nosso contributo: [Elder abuse and neglect: AGE contribution to upcoming UN report | AGE Platform \(age-platform.eu\)](#)



--- OUTRAS NOTÍCIAS ---

Deputados do Parlamento Europeu apelam a uma linguagem mais respeitosa

Antecipando o Dia Europeu da Solidariedade entre Gerações, que se assinala a 29 de Abril, um grupo de 13 eurodeputados exorta os seus pares a serem mais respeitosos para com os mais velhos, na sua linguagem institucional, e a evitarem a utilização do termo "idoso"

Saiba mais: [Members of the European Parliament call for more respectful language | AGE Platform \(age-platform.eu\)](#)



Visite o site da **APRe!**

APRe!

Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados

INÍCIO SOBRE NÓS ▾ ASSOCIADOS ▾ NOTÍCIAS ▾ ATIVIDADES ▾ ARQUIVO



<https://www.apre-associacaocivica.pt/>

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe - Conselho de Administração
2. OEWGA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)

Propriedade/Editor: Direção da APRe!
APRe! Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados
NIPC510435564
R. Jorge Mendes, Lote 1, nº 5 - r/c esq. | 3000-561 Coimbra
Tel. 239704072 | Tlm. 926254700
apre2012@gmail.com